

Lei ordinária vai regular investimento estrangeiro

BRASÍLIA — Os investimentos estrangeiros no país e a remessa de lucros para o exterior serão regulados em lei ordinária, que deverá incentivar as aplicações. Essa decisão da Constituinte foi também tomada por acordo — 470 votos contra sete. Ainda graças à negociação, a participação do Estado na economia será disciplinada por lei ordinária (464 votos contra seis), que também especificará as responsabilidades dos crimes do colarinho branco.

Aproveitando o quórum, que se mantinha em torno de 470 parlamentares, o deputado Ulysses Guimarães pediu paciência ao plenário a fim de que "se

possa continuar votando." Em menos de meia hora, a participação do Estado na economia foi resolvida sem nenhum discurso, através do texto previamente acordado.

A maior novidade no setor é que a criação de empresas subsidiárias de estatais dependerá da aprovação do Congresso Nacional, se a proposta ocorrer no âmbito da União; das assembleias legislativas, se nos estados; e das câmaras de vereadores, se no âmbito municipal. Ficou garantido que haverá uma lei específica para reprimir o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

Jatinhos voaram em vão

Pelo menos dois jatinhos despachados pela liderança do PFL para buscar constituintes do Centrão nos estados, na quarta-feira, perderam a viagem. Os dois passageiros especiais, os deputados Júlio Campos (MT) e Mussa Demes (PI), chegaram a Brasília por volta das 18 horas, cerca de uma hora e meia depois de encerrada a primeira rodada de votações da Ordem Econômica — quando o Centrão só teve 210 votos, 70 a menos do que o necessário para aprovar sua proposta.

O primeiro jatinho foi a Cuiabá especialmente para buscar Júlio Campos, ex-governador de Mato Grosso, mas como ele estava fazendo seu Imposto de Renda com o contador só embarcou três horas depois do previsto. O segundo foi a Fortaleza, onde estava o piauiense Mussa Demes, que na última hora alegou não gostar de aviões pequenos e preferiu usar um voo regular da Transbrasil, como informa uma fonte do Centrão.

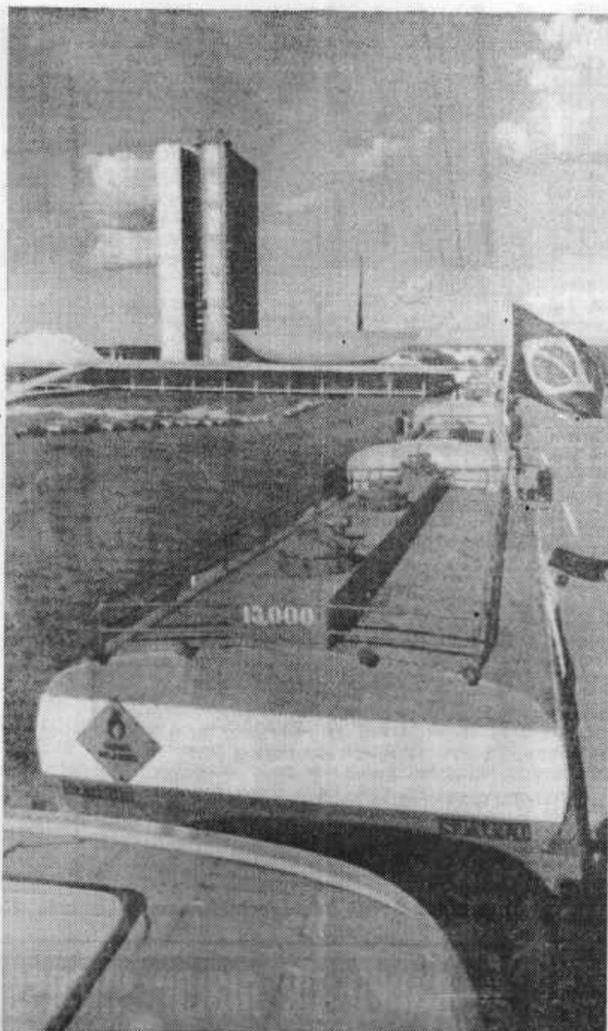
Tanto Campos quanto Demes confirmam que o Centrão ofereceu os dois aviões. A secretária de Campos, Alenir, especifica que a oferta foi feita pela manhã, por um telefonema do "Dr. Roberto, da liderança do PFL". No gabinete do líder José Lourenço, o principal assessor se chama Roberto dos Santos Duarte.

Com folhetos explicativos sobre o

preenchimento dos formulários do IR — que ele passou o dia mostrando aos companheiros do Centrão para justificar o atraso da véspera —, Júlio Campos admitiu que seu monomotor particular só é usado para pequenas viagens no próprio estado e que o Centrão lhe fez a oferta do jatinho. "Mas eu não usei. Fiquei em Cuiabá e só vim hoje (ontem) de manhã para Brasília", acrescentou.

Não é verdade. Sua secretária Alenir diz que ele veio mesmo no jatinho cedido pelo PFL, desembarcando em Brasília no início da noite de anteontem, por volta das 18 horas. Um parlamentar de um pequeno partido ainda faz questão de dizer que, "com absoluta certeza", Júlio Campos estava jantando no restaurante "Cuba Livre", na capital federal, na hora em que disse estar em Cuiabá.

Mussa Demes também confirma a oferta do Centrão, ressaltando que não usou o avião, o que é verdade. Entretanto, explica que o motivo não foi medo de aviões pequenos, pois sempre os usou durante suas campanhas no Piauí — "Já viajei muito neles, e nunca tive medo". Não explicou, contudo, porque desprezou o jatinho que foi a Fortaleza buscá-lo, em vão: "Apenas achei que dava tempo, vindo pela Transbrasil, mas a votação foi muito rápida", justificou-se. O avião voltou vazio.



Caminhoneiros também querem levar vantagem no acordo

Sarney não está seguro dos 5 anos

□ Cada votação tem sua história e constitui um episódio único. A descoberta, acacia-na, vem sendo confirmada a cada instante desde que os constituintes começaram a se reunir para deliberar sobre cada artigo, parágrafo e inciso da futura Constituição. O Centrão e a liderança do PMDB na Constituinte sentiram mais uma vez na própria pele os efeitos da descoberta reconfirmada no primeiro dia de votação do capítulo sobre a Ordem Econômica. Dos 559 constituintes, 516 compareceram ao plenário.

As principais lideranças do Centrão acharam que conseguiriam aprovar o substitutivo do grupo ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. O senador Mário Covas, líder do PMDB na assembleia, acreditava que perderia a votação. No discurso com o que argumentou contra o substitutivo do Centrão, Covas revelou seu pessimismo quando garantiu, a certa altura: "Em qualquer hipótese, venceremos".

Venceu — para surpresa dele e das abastadas lideranças do Centrão. Na intimidade, comemorou o fato de ter faltado um só voto para que o substitutivo fosse para a lata do lixo. Se ao invés dos 279, tivesse atraído 280 votos contrários, a Constituinte passaria imediatamente a examinar o texto da Comissão de Sistematização. Nesse caso, Covas temia, apesar da vitória anterior, não reunir votos suficientes para atingir os 280 suficientes para aprová-lo.

— Na verdade, salvo quando existe acordo, ninguém pode, aqui dentro, assegurar resultado algum de votação

antes de os constituintes digitarem seus votos no painel eletrônico — testemunha a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). O senador Jarbas Passarinho e as demais lideranças partidárias concordam. A alta imprevisibilidade nas votações da Constituinte é que deixa o presidente José Sarney intranquilo quanto ao destino do seu mandato.

No início da semana, num encontro com um deputado, Sarney admitiu que não se sente seguro de que ganhará, como quer, o mandato de cinco anos. Por 344 votos, a Constituinte manteve o presidencialismo como sistema de governo — exatamente como Sarney desejava. Por 304 votos, só 24 além do necessário, ela conferiu um mandato de cinco anos para os futuros presidentes — outra vez como queria Sarney. Contam-se nos dedos os constituintes que ainda apostam que Sarney só terá quatro anos de mandato.

Nem por isso, o presidente sossega. Evita envolver diretamente seu governo em qualquer votação da Constituinte que lhe custe aliados para obter o mandato de cinco anos. Foi assim na discussão do capítulo tributário da futura Constituição. O próprio Sarney reclamou do teor do capítulo que transferiu para estados e municípios parte dos impostos arrecadados pela União. Mas a máquina do governo não se mexeu com determinação para impedir sua aprovação.

Uma simpatia discreta e distante pelo substitutivo do Centrão ao capítulo sobre a Ordem Econômica marcou a posição do governo nos últimos dois dias. Alguns ministros cabalaram votos, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara Federal, votou com o substitutivo, mas o governo em si não se expôs. Sarney anotou o resultado da votação de anteontem como um dado a mais que o obriga a não relaxar quanto à decisão sobre seu mandato. Ela deverá ocorrer daqui a um mês.

Ricardo Noblat

'Lobbies' diferem no estilo mas se igualam na pressão

BRASÍLIA — A votação da Ordem Econômica atraiu para Brasília lobbies de todo tipo, que estão tentando até a última hora fazer valer seus interesses na nova Constituição. Nos corredores do Congresso, na porta do plenário e dos gabinetes dos líderes, no Salão Verde, os lobistas distribuem folhetos, abordam deputados, pregam adesivos e afixam cartazes. Há lobbies ricos, como os da UDR, das empresas mineradoras ou distribuidoras de petróleo, e há os pobres, como os dos índios e dos garimpeiros. Alguns setores contratam pessoal experimentado, dirigido por executivos bem pagos; outros chegam apenas com a cara e a coragem. Em comum, todos têm uma incrível disposição para ganhar o voto de cada um dos 559 constituintes, especialmente das principais lideranças.

A maioria dos parlamentares não esconde seu atordoiamento diante de pressões tão contundentes. "Eu não aguento mais os índios", diz um deputado que pediu para que não fosse revelado seu nome. "Eu até sou simpático à causa deles, voto com eles, mas não se pode nem dar bom dia que eles vêm catequizando a gente". Além disso, pintados e de borduna na mão, costumam invadir gabinetes de parlamentares, sem se deter na ante-sala, deixando em polvorosa as secretárias.

As vezes, num mesmo setor há dois ou três lobbies diferentes, que se enfrentam. É o caso da mineração, em que as grandes empresas chocam-se com os geó-

logos e são hostilizadas pelos garimpeiros. Ou o setor de distribuição do petróleo, em que além das distribuidoras estrangeiras, os transportadores e revendedores retalhistas apresentam suas propostas. O pessoal técnico da Petrobrás formou um terceiro lobby, contra os outros dois.

Em questão de dias, os constituintes tiveram de aprender a conviver com essa confusão. Por exemplo, tiveram de recorrer ao dicionário para saber que armadores e afretadores de navios são duas categorias inteiramente diferentes. Os primeiros são proprietários de navios, contratam pessoal e encarregam-se de fretes com suas próprias embarcações. Os afretadores apenas alugam navios de terceiros. Na Constituinte, eles brigam entre si.

Os lobbies mais eficientes, porém, são os menos ostensivos: o da Igreja e o dos militares. Não distribuíram um brinde, não promoveram uma festa, nem acamparam nas portas do Congresso, mas ganharam quase todas as questões pelas quais lutaram em suas áreas específicas. E agora na Ordem Econômica continuam a agir discretamente, em geral apoiando teses nacionalistas. Juizes, advogados e policiais também ganharam quase tudo o que queriam, mas agiram sem qualquer discrição. Houve dia em que os constituintes tiveram de pedir à Mesa que retirassem juizes de dentro do plenário porque não aguentavam mais a pressão.

Brasília — José Varella



Os líderes ruralistas circulam e trocam informações

Ruralistas lotam hotéis

Os hotéis e até os motéis de Brasília estão superlotados esta semana, com 1.132 hóspedes ligados ao setor rural e diretamente interessados na votação da Ordem Econômica, segundo o assessor parlamentar da União Democrática Ruralista (UDR), Fábio Saboya. Entre esses hóspedes estão os presidentes da UDR, Ronaldo Caiado, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues; e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes. O representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) mora em Brasília, é o deputado Alysso Paulinelli.

Saboya diz que o setor rural foi um dos mais organizados e atuantes, entre os que defendem a iniciativa privada, no acompanhamento da Constituinte. Com o que concorda o líder do PFL, deputado

José Lourenço, que elogia "a competência e a firmeza do Caiado".

A UDR é capaz de detectar perigos nas votações antes de qualquer outro grupo. Na quarta-feira da semana passada, por exemplo, descobriu que havia 404 parlamentares em Brasília, mas 113 deles, todos vinculados aos interesses da iniciativa privada, simplesmente não estavam no plenário.

Naquele dia, contudo, a votação — sobre sistema tributário — não interessava tanto o setor rural. Esta semana é que o clima esquenta, e Fábio Saboya dá a receita de lobby do seu grupo: "É tudo na base da amizade, da camaradagem, pois muitos constituintes são compadres, vizinhos, frequentadores assíduos do nosso pessoal, não é?".



Revendedores e retalhistas aguardam ansiosos as negociações de olho no aumento de suas cotas de distribuição

Motoristas sentem saudade

Com saudades de casa, de onde se ausentaram desde o dia 18, e sem entender nada do que estão fazendo em Brasília, cerca de 80 motoristas levaram seus caminhões-tanque para a Esplanada dos Ministérios a mando das empresas transportadoras, revendedoras e retalhistas de combustíveis. Um dos motoristas, residente em Caiapônia (GO), disse que recebeu uma ordem para vir a Brasília com o caminhão que dirige.

O objetivo que os motoristas desconhecem é esclarecido pelo secretário-geral do Sindicato dos Retalhistas, Francisco Fraia Neto, proprietário de uma empresa em São Paulo, capital: "Queremos que a Constituinte reconheça nossa categoria. Existimos há 75 anos e somos discriminados. Só podemos vender 20 mil litros de combustível para cada freguês, mensalmente. Queremos que essa quota seja elevada". Por isso, fazem pressão a favor de uma emenda do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que eleva o limite e praticamente nivela os retalhistas aos revendedores que possuem postos.

O comboio de caminhões, que ocupou a pista direita da Esplanada dos

Ministérios no sentido Leste/Oeste, será mantido em Brasília enquanto não for votada a emenda Max Rosenmann, anuncia Fraia Neto. Mas os motoristas queixam-se, pedindo para não ser identificados. Um, de São Paulo, admite que não suporta mais a permanência em Brasília, por não receber notícias da família desde o dia em que saiu de casa.

□ Por obra do lobby da Organização das Cooperativas do Brasil, o gabinete do deputado Alcení Guerra (PFL-PR) passou a contar com um vistoso relógio digital de mesa, desde o final do ano passado. Alcení aceitou o presente sem lhe dar maior importância, porque acha que os dois lobbies mais eficazes do Congresso não distribuem brindes mas alcançam o objetivo. São feitos pela Igreja e pelos Militares: "Fui atingido pelo lobby dos militares e o da Igreja. Eles procuram nos convencer com suas idéias."

Pobre também reivindica

Tem lobby rico e tem lobby pobre. Os 15 representantes dos garimpeiros juram que estão no segundo caso e até se esforçam para comprovar: o presidente do Conselho Fiscal da Cooperativa de Rondônia, Manoel da Graça de Souza, está com a barba por fazer e usa uma velha camiseta listrada; o representante da Coooperativa de Serra Pelada, Sang Tay Ahn, garante que está hospedado "numa pensãozinha de W-3 Sul", o delegado do Sudeste do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, Anyres Oliveira Filho, diz que, na falta de armas mais poderosas, eles usam mesmo com os constituintes "o argumento social, pois há um milhão de garimpeiros no país, ameaçados de perder o emprego pelo projeto do Centrão."

Fraço — Pela lei 7.599, o prazo de garimpagem permitido às cooperativas vence no dia 31 de dezembro deste ano. Além disso, os garimpeiros lembram que a área de atuação já é muito reduzida e só duas cooperativas — Serra Pelada, sob intervenção desde o ano passado, e Rio

Tensão domina mineradores

A Shell, a British Petroleum e os grupos Monteiro Aranha e Antunes chegaram ontem ostensivamente à Constituinte. Tensos, como quaisquer simples lobistas, os diretores destas empresas, que respondem pela parcela mais importante do produto mineral brasileiro, aguardaram de pé, por cinco horas, o fim da reunião das lideranças da Constituinte, que decidiu o texto de acordo para a regulamentação de pesquisa e lavra de recursos minerais.

Ora recostados na parede, ora assentados no auditório contíguo à sala da liderança do PMDB, onde se realizava a reunião, o vice-presidente da Shell no Brasil, Omar Carneiro da Cunha, os representantes da British Petroleum, Alberto Alves e Claudiano Carneiro da Cunha, o presidente do grupo Monteiro Aranha, Olavo Monteiro de Carvalho, o presidente da Companhia de Minerais e Participação, Antônio Dias Leite Neto, e o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, João Marinho Nunes, mostravam-se apreensivos. Quase sempre dividiam com os repórteres a escuta dos informes transmitidos pelos parlamentares que deixavam a sala.

Espera — O presidente do Ibram preocupou-se durante todo o tempo em estar próximo da sala de negociação, à espera de um chamado do deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG). "Ele pediu que eu viesse aqui para poder ser consultado quando começarem a discutir a questão mineral", admitiu Nunes. Quanto à presença ali dos demais representantes de empresas de mineração, Nunes afirma ser uma coincidência. "Esse pessoal veio aqui para conversar com os constituintes, e acabamos nesta situação comum de esperar pelo fim da reunião", afirmou o empresário.

O presidente do grupo Monteiro Aranha, Olavo Monteiro de Carvalho, poucos minutos antes de correr para tentar alcançar o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) na porta da sala de reuniões, confessou sua preocupação com o que estava acontecendo lá dentro. "Somos uma empresa de participação e estamos preocupados com a possibilidade

da mineração brasileira não poder contar mais com o capital estrangeiro", disse Carvalho.

O grupo Monteiro Aranha fez seu primeiro investimento em mineração há dois anos, quando decidiu-se associar ao grupo Roberto Marinho para compor o capital nacional (52%) da Mineração Santa Marta, criada sob inspiração da British Petroleum para explorar uma reserva de ouro descoberta pela empresa no Mato Grosso. "A B.P. investiu sozinha na pesquisa e nós agora estamos juntos para tocar a lavra. Se não fosse o capital da B.P., provavelmente esta reserva não teria sido descoberta e nosso grupo ficaria com mais fôlego para entrar no setor mineral", ponderou o empresário, destacando o papel do capital e da tecnologia estrangeira no desenvolvimento da mineração nacional.

O lobby do setor mineral à porta da sala de negociações da Constituinte, não se resumiu, porém, à representação dos empresários. Ali estavam presentes também os presidentes da Sociedade Brasileira de Geologia, Elmer Prata Salomão, e da Confederação Nacional de Geólogos, Wanderlino de Carvalho. O primeiro agia junto a seu colega de profissão e deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), para substituir o termo do dispositivo da Comissão de Sistematização, que instituiu a lavra por tempo determinado, por um texto que só determina o tempo para o direito de pesquisa. Já Wanderlino de Carvalho fora convocado para a ante-sala da reunião pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP).

— O senador me pediu para ficar aqui e ajudar na avaliação das propostas sobre o acesso de capitais à exploração dos recursos minerais, confidenciou Carvalho.

Solicitado, o presidente da Conage trouxe vários recados do senador, através de assessores da Constituinte e praticamente impediu que os nacionalistas aceitassem a proposta do Centrão de consolidar o acordo em torno da exclusividade de atuação de empresas nacionais nas áreas de fronteira, reservas indígenas e nas explorações de minérios.